

Assembleia Municipal de Mêda

Mandato 2021/2025

Ata número sete

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mêda, realizada
no dia sete de dezembro de dois mil e vinte e dois

Aos sete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Mêda, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito no Largo do Município, em Mêda, com início pelas 09 horas 12 minutos, em sessão ordinária de dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1 - Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c), do n.º 2, do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), publicado em anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

2 – Proposta n.º 71/2022 – Apreciação e votação da proposta do Plano Municipal e Não Discriminação 2022 – 2026 – Município de Mêda;-----

3 - Proposta n.º 81/2022 – Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP);-----

4 - Proposta n.º 82/2022 – Apreciação e votação da participação no Imposto e Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano de 2023;-----

5 - Proposta n.º 83/2022 – Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis no ano de 2022 no concelho de Mêda;-----

6 - Proposta n.º 85/2022 – Apreciação e votação do Mapa de Pessoal do Município de Mêda - ano 2023;-----

7 - Proposta n.º 86/2022 – Apreciação e votação dos Documentos Previsionais para o ano de 2023 – Grandes Opções do Plano e Orçamento;-----

8 - Apreciação e votação da proposta de Nomeação de Auditor Externo para a Certificação Legal de Contas do Município;-----

9 - Eleição de 2 (dois) Comissários para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mêda, nos termos da alínea l), n.º 1 do artigo 17º da lei de proteção de Crianças e Jovens, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 01 de setembro;-----

10 - Apreciação e votação da Desafetação do domínio público municipal para afetação ao domínio privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 5,10m2, sita na Rua do Eirol, em Mêda, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;-----

11 - Apreciação e votação da Desafetação do domínio público municipal para afetação ao domínio privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 2,65m2, sita na Rua dos Pousadouros, no Aveloso, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;-----

12 - Apreciação e votação da Desafetação do domínio público municipal para afetação ao domínio privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 4,95m2, sita na Rua Dr. Joaquim e Alda Saraiva, em Mêda, nos termos da proposta e ao abrigo do

disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;-----

Presidiu o presidente da Assembleia Municipal Luís Manuel Pêgo Todo Bom, tendo sido secretariado por António Carlos Proença Simão de Almeida (primeiro secretário) e Márcia Maria Pereira Raimundo (segundo secretário). -----

Estavam presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

João António Pêgo Zeferino, Sara Margarida Martinho (em substituição de Marco Aurélio Mano Saldanha), Beatriz Isaura Pinto (em substituição de Patrick dos Santos Morgado), Marylene Ribeiro Neto (em substituição de Ana Filipa Cardoso), João Paulo Damião Andrezo, José Augusto Heitor da Fonseca, João Jorge Ferreira Lourenço, Cláudio Jorge Heitor Rebelo, Pedro Miguel Soeiro Lourenço (em substituição de Maria Inês Moreira), Fabiana Almeida Rodrigues, Dulce Isabel Ramos Pimenta e Miguel Will.-----

Igualmente compareceram os Presidentes das Juntas de Freguesia, assim distribuídos:, Antero Augusto Gomes Martins (Presidente de Junta de Freguesia da Barreira), Mário Jorge Pereira Almeida Domingues (Presidente de Junta de Freguesia da Coriscada), António Norberto Rodrigues Tairum (Presidente de Junta de Freguesia de Longroiva), Carlos Manuel Amado (em substituição Vanessa Alexandra Correia da Conceição - Presidente de Junta de Freguesia de Marialva), Jorge Miguel Graça Lourenço (Presidente de Junta de Freguesia do Poço do Canto), Pedro Alexandre Amaral Ribeiro (Presidente da Junta de Freguesia do Rabaçal), José Manuel Félix Lemos (Presidente de Junta de Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga), Nélson Fernando Andrade Gonçalves (Presidente de Junta de Freguesia de Prova e Casteição), Maria Armada Oliveira Coelho (em substituição de Artur Paulo Ricardo Primo - Presidente da Junta da União de Freguesias de Valeflor, Carvalhal e Paipenela), Joel Filipe Martins Cardoso (Presidente de Junta de Freguesia do Aveloso), Vítor Manuel Almeida Gomes (Presidente de Junta de Freguesia de Ranhados).-----

Estiveram ainda presentes o presidente da Câmara, João Germano Mourato Leal Pinto, e os vereadores António César Valente Figueiredo, Carla Sofia Silva Sequeira, Anselmo Antunes de Sousa e Júlio Fernando Amado Félix.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** deu início ao **período aberto à intervenção do público**, para o qual Mesa não recebeu qualquer inscrição.-----

Período Antes da Ordem do Dia: -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

O primeiro secretário António Carlos Proença Simão de Almeida leu a correspondência recebida pela Mesa, tendo sido numerados e rubricados seis documentos, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das atas.-----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

E-mail de Vanessa Conceição, de 07 de dezembro, a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na sessão de 07 de dezembro, pelo elemento a seguir da lista Carlos Amado, que foi convocado nos termos legais. -----

E-mail de Maria Inês Moreira, a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na

sessão de 07 de dezembro, pelo elemento a seguir da lista do PS, Pedro Lourenço, que foi convocada nos termos legais. -----

E-mail de Filipa Cardoso, a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na sessão de 07 de dezembro, pelo elemento a seguir da lista da Coligação PPD/PSD-CDS/PP “Juntos pela Mêda”, que foi convocado nos termos legais. -----

E-mail de Marco Saldanha a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na sessão de 07 de dezembro, pelo elemento a seguir da lista da Coligação PPD/PSD-CDS/PP “Juntos pela Mêda”, que foi convocada nos termos legais. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ALÍNEA C) DO ART.º 18.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

E-mail de Artur Paulo Ricardo Primo, a solicitar, por motivos profissionais a sua substituição na sessão de 07 de dezembro, indicando para o efeito Maria Armanda Oliveira Coelho, que foi convocada nos termos legais. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da correspondência recebida. -----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

O presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a ata n.º 6 de 26 de setembro de 2022, respetivamente, tendo a Assembleia Municipal, após algumas observações e correções, aprovado por unanimidade o texto definitivo da ata apresentada.-----

Nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.-----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE FRANCISCO ANTÓNIO PIMENTEL SILVA: -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto apresentado pela bancada do Partido Socialista em título e observou um minuto de silêncio em memória do falecido.-----

O deputado municipal João Lourenço (PS) fez a seguinte intervenção:-----

Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa-----

Exmo Sr. Presidente da Câmara-----

Exmos Vereadores-----

Exmos Colegas, Deputados da Assembleia Municipal-----

Exmos Munícipes aqui presentes-----

Em condições normais, esta Assembleia Municipal, sobretudo no que respeita à aprovação do Orçamento e das grandes opções do Plano, seria das mais relevantes para o Concelho, na medida em que seria este fórum o centro de discussão e análise das questões fundamentais que perspetivem o futuro dos munícipes.-----

Sim! Porque são as pessoas, os nossos munícipes, que devem constituir o foco e o centro de atenções da Autarquia.-----

Mas, infelizmente, não vai ser assim!-----

E porquê?-----

Porque o Executivo Municipal apresenta de supetão tais documentos, sem ouvir ninguém, numa lógica de quem se arroga dono e senhor destes domínios...-----

Dirão, certamente, que é da competência do Executivo apresentar estes documentos,

tão importantes para o futuro do nosso Concelho, à aprovação desta Assembleia.-----

Lamento, porém desiludir-vos!-----

É que a Constituição da República Portuguesa (por via do artigo 114.º, n.º 2), a Lei n.º 24/98 de 26 de Maio, (por via do artigo 5º, nºs 3 e 4), o próprio Tribunal Constitucional (através de vários Acordãos), para além de imensa Doutrina de há muito sedimentada, são inequívocos na consagração do **DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA "...dos partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos ou os que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividades"** (planos estes, entretanto substituídos legalmente pelas "**grandes opções do plano**").-----

Para esse efeito a mesma lei exige que "**... as informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativos dos partidos políticos...**" (n.º 2 do artigo 4º, "ex vi" n.º 4 do artigo 5º).-----

Ora, nem a Comissão política do Partido Socialista, nem o Representante do Grupo Municipal ou bancada socialista nesta Assembleia foram jamais contactados pelo Executivo Municipal ou lhes foram enviados quaisquer informações ou documentos sobre a proposta de orçamento e grandes opções do plano, que fazem parte da ordem de trabalhos desta Assembleia.-----

Mesmo os 2 vereadores eleitos pelo Partido Socialista (que não representam o Partido enquanto tal) apenas receberam essa proposta de orçamento e grandes opções do plano, integrada na Convocatória da reunião de Executivo para a sua aprovação, tão só com 48 horas de antecedência...-----

Por outro lado, as propostas de orçamento e opções do plano foram enviadas (e com escassos 4 dias de antecedência) aos deputados, estritamente com a convocatória para a presente Assembleia.-----

É por demais evidente que tal direito de consulta prévia tem de ser exercido **antes da aprovação das propostas pelo executivo!**-----

Importa recordar que, nos termos do n.º 3 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro (bem como do n.º 3 do artigo 4º do regimento da nossa Assembleia), não podem ser alteradas na Assembleia Municipal as propostas apresentadas pela Câmara Municipal..." precisamente relativas "**...às opções do plano e a proposta de orçamento...**"-----

Se tais propostas não podem ser alteradas na Assembleia, a conclusão óbvia é que o **momento absolutamente determinante para a obrigação de consulta prévia da oposição tem de anteceder a aprovação pelo Executivo desses documentos fundamentais.**-----

Ora, fica assim demonstrado à exaustão que não foi assegurado o direito fundamental de consulta prévia ao Partido Socialista das propostas de opções do plano e orçamento para o ano de 2023.-----

Qual a consequência?-----

Se as propostas de orçamento e plano forem, mesmo assim, aprovadas, tal aprovação

estará inquinada juridicamente,-----

- ou pelo facto de ofender "...o conteúdo essencial de um direito fundamental" de consulta prévia (artigo 161º, n.º 2, alínea d) do Código do Procedimento Administrativo), o que implica a sua nulidade;-----
- ou então, por um vício de forma, que a torna juridicamente anulável, (artigo 163º do mesmo Código), pelo que poderá ser contenciosamente anulada.-----

Os Deputados desta Assembleia Municipal têm de ter a consciência da iminência desta ilegalidade!-----

Recordo, a este propósito, que os vereadores do PPD/PSD e do CDS não hesitaram em reprovar um dos orçamentos do Executivo Socialista (o de 2019), sem se importarem com as consequências adversas para todo o Município de funcionamento muito limitado financeiramente durante todo esse ano.-----

Outros terão o justificado "pregaminho" da sua postura, enquanto foram oposição, de puro "bota abaixo", custe o que custar!-----

Postura essa manifestamente incompatível com qualquer lógica construtiva de participação no exercício da função política municipal, por isso que nunca apresentaram (ou reivindicaram sequer) quaisquer ideias ou propostas complementares, ou mesmo alternativas, às do Executivo Socialista.-----

O Partido Socialista, apesar de inconformado e mesmo indignado com a postura e comportamento autocráticos do atual executivo da coligação, tem outra consabida escola de ética republicana e democrática.-----

Precisamente por isso, nas reuniões do Executivo atual, têm sido apresentadas propostas construtivas em prol do Concelho e dos Municípes, que a coligação tem, sistematicamente, ignorado...-----

O Partido Socialista dá-se, assim, ao respeito e tem de ser respeitado!"-----

A *deputada municipal Fabiana Rodrigues (PS)* introduziu que é seu convencimento que o papel do Município é servir os medenses, desde os mais pequenos aos mais velhos.---

A este propósito apelou ao executivo para reconsiderar a postura que adotou em relação à oferta das atividades de enriquecimento curricular para com os alunos do Instituto D. Maria do Carmo Lacerda faria, mais conhecido por Patronato, realçando a importância da instituição para o concelho.-----

Reafirmou que os alunos que frequentam a instituição são medenses tal como os alunos do jardim de infância, pelo que devem ter tratamento igual. Mas antes de serem medenses são crianças que veem comprometido o seu desenvolvimento por não terem acesso às AEC's.-----

Questionou-se se caso os pais destas crianças decidam por retirá-las do Patronato se o jardim de infância vai ter capacidade para as receber. Aventou que o jardim de infância não terá capacidade, o que poderá levar a que muitos alunos sejam matriculados em concelhos vizinhos.-----

Aproveitou este assunto para se referir ao incidente ocorrido no passado dia 25 de novembro, com a autarquia a não disponibilizar transporte a cinco alunos do agrupamento de escolas para se deslocarem à Universidade da Beira Interior no âmbito

do projeto academia júnior STEAM. Ainda bem que na passada sexta-feira, dia 02 de dezembro, essa situação foi ultrapassada.-----

Ocorre situação similar com a escola de música, mês de dezembro e ainda está em *stand by*. Esta era daquelas iniciativas que trazia ao concelho jovens oriundos de outros concelhos, e agora acontece precisamente o contrário. Os nossos jovens é que vão para fora. Já para não falar do investimento que os pais destas crianças e jovens fizeram e agora vêm o processo de formação musical dos seus filhos interrompido.-----

Concluiu sugerindo ao edil que gaste um pouco menos em festas e invista mais na educação, na cultura e na formação das crianças e jovens do concelho.-----

Foi dada a palavra ao *presidente de junta de freguesia da Coriscada, Mário Domingues*, que começou por referir que o atraso verificado nos últimos anos na freguesia de Coriscada, tem que ser agora compensado com esforço.-----

Deu nota dos vários recursos, competências e capacidades únicas que possui a Coriscada, algo difícil de ser imitado por outras freguesias. Citou as descobertas do Vale do Mouro, as ruínas e espólio, do qual destaca as moedas encontradas (que ainda não viu, mas que gostava de um dia poder vê-las), e o painel do Baco. Particularizou o Centro Interpretativo da Coriscada, um edifício digno de destaque, oferecendo condições extraordinárias e que foi recentemente escolhido como residência artística no projeto Vivificar tendo em simultâneo recebido em visitas no âmbito da festa do mosaico.-----

As piscinas, espaço único de lazer inigualável e que após a intervenção que está a ser feita na zona envolvente, caso a candidatura que estão a ultimar seja aprovada, será seguramente um investimento que trará um crescimento económico e social para a freguesia.-----

No que diz respeito ao regadio da Coriscada, e depois da realidade deste verão, disse que a barragem projetada poderá ser sem dúvida um dos recursos mais importantes para assegurar a sustentabilidade económica e social de todos aqueles que vivem do que a terra produz.-----

Prosseguiu dando nota que a freguesia da Coriscada está, hoje, numa profunda transformação, atenta a todas as hipóteses, projetos, candidaturas e fundos que possam ajudar a atingir os objetivos a que se propuseram, contrastando com o que acontecia nos últimos anos.-----

Considerou ainda importante referir que apesar da relação saudável existente entre o Município e a junta de freguesia, a remodelação do parque infantil da freguesia, a impermeabilização da piscina principal, a sua cobertura na totalidade, e todo o trabalho de limpeza dos caminhos agrícolas, tem sido única e exclusivamente da responsabilidade da freguesia.-----

No que diz respeito às obras de requalificação dos espaços apontados, esperam que as candidaturas que estão a ultimar sejam aprovadas, com o compromisso de ajuda por parte do Município.-----

Ambiciona que em 2030 tanto o Centro Interpretativo da Coriscada como o sítio do Vale do Mouro estejam abertos ao público e preparados para receber quem os queira visitar.-

Ambiciona ainda que todos os projetos da freguesia possam ser aceites e desenvolvidos,

tais como a barragem que está projetada e esquecida há vários anos e os transportes.-- Fez notar que a junta de freguesia tem feito o seu trabalho de planificação e elaboração de projetos e candidaturas, sempre com vista a ajudar o Município de Mêda, o qual terá apenas que assegurar uma parte das verbas necessárias à execução dos mesmos.----- Para terminar deu nota que na freguesia da Coriscada existem duas associações que prestam serviços aos locais e também aos utentes das freguesias vizinhas. Existem ainda três empresas privadas, que prestam serviços de carpintaria, alumínios e ainda um lar de idosos. Neste sentido, disse que gostaria de ver novos investidores, nomeadamente nas áreas da restauração e do alojamento local aproveitando desta forma tantos espaços que parecem abandonados e que têm tanto potencial.----- No seguimento de intervenções feitas em sessões anteriores, o *presidente da União das freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga, José Lemos* alertou mais uma vez para o estado de degradação em que se encontra o edifício da escola primária da Fontelonga, temendo os danos que o inverno possa vir a causar.----- Situação semelhante acontece na estrada municipal que liga Cancelos – Areola – Ranhados. O mau estado em que se encontra o piso da estrada, cada vez com mais buracos no alcatrão, requer uma intervenção urgente. Neste contexto citou o exemplo das ambulâncias que ali circulam todos os dias e que podem sofrer danos ou mesmo provocar acidentes.----- Abordando a intervenção da deputada Fabiana Rodrigues sobre o centro de formação musical, lembrou que essa mesma situação foi por ele colocada na última sessão da Assembleia Municipal, estando hoje convicto que o edil tudo vai fazer para que o centro se mantenha.----- Complementou que tem a certeza que um dos objetivos da coligação é atrair pessoas para a Mêda, tal como foi uma premissa durante o período da campanha.----- Para terminar indagou qual o ponto de situação da água, até porque entende que é importante esclarecer o areópago, principalmente, no que diz respeito aos tarifários.--- Usou da palavra de *deputado municipal Miguel Will (PS)* que começou a sua intervenção por partilhar com os presentes que enquanto jovem e deputado desta Assembleia um dos sonhos que tem é ver os partidos ali representados trabalhar em conjunto pela terra e pelo bem comum. E se por um lado há um pronuncio que nem sempre as coisas são assim, por outro defende que se pode melhorar. Neste propósito fez notar que tem havido por parte da bancada do Partido Socialista uma oposição construtiva, o que é de salutar.----- Relativamente ao objetivo da Coligação de atrair pessoas e empresas para o concelho, disse que a curto prazo e no que toca a empresas, não está a ser atingido. Na verdade o que se verifica é o encerramento de empresas.----- Prosseguiu recordando que foi preconizado durante a campanha eleitoral temas como a criação de um concelho de negócios e ainda a educação financeira dos nossos empresários, mas a verdade é que o tempo escasseia.----- Dirigiu-se ao edil declarando que para além de pessoas de palavra, também devem ser pessoas de pensamentos e sobretudo de ações.-----

Concluiu questionando em que ponto é que se encontra a obra da área de acolhimento empresarial, investimento importante para o concelho e se se quer fixar empresas esta é a obra que não se deve protelar.-----

Seguidamente tomou a palavra o *deputado municipal Heitor da Fonseca (PS)* que se referiu ao Programa ViViFicar.-----

Anotou que o Programa decorreu no concelho de Mêda entre os dias 06 de julho e 19 de dezembro de 2022. Partilhou que foi a sua filha que o alertou que o programa estava a decorrer na Mêda, o que lhe despertou o interesse. E curiosamente encontrava-se na Mêda aquando do início do mesmo, tendo visitado os três polos, o que achou de realmente interessante.-----

Este desafio partiu do Museu do Douro e o polo da Mêda intitulou-se a “Rota de Fuga” de Raquel Schefer que parte de um documento que Raquel Schefer encontrou em Paris durante a pesquisa para a exposição sobre resistência visual e movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, e que tinha a ver com a guerra colonial e com fluxos migratórios.-----

O polo da Coriscada intitulava-se “As Cores da Cura” de Maria Lusitano que aborda a experiência da união enquanto elemento universal da dimensão da experiência humana, a partir das tradições espirituais dos habitantes da aldeia da Coriscada.-----

O polo do Poço do Canto chamava-se "Lento, o Tempo muda em Poço do Canto". Polo também muito interessante de Trond Lossius sobre a lentidão das mudanças e as suas consequências.-----

Estes três artistas trabalharam diretamente com as comunidades locais a partir de uma estratégia participativa.-----

Dentro desta iniciativa saudou os embaixadores locais que receberam os artistas em suas casas, Ana Paula Abrunhosa, Mário Domingues e Ana Todo Bom. Na sua opinião este tipo de iniciativa é uma boa forma da Mêda ser colocada no mapa e ser conhecida. De seguida referiu-se ao plano estratégico, plano sobre o qual não tem ouvido falar muito e que também não vê vertido em orçamento.-----

Acha que a estratégia seguida foi a mais correta, começando pela construção do esqueleto do plano estratégico, agora é o executivo dar vida ao mesmo começando a detalhar projetos, orçamentos e pesquisa de financiamento.-----

Reiterou a necessidade de dar vida a este plano, o que cumulativamente também leva a um maior esforço por parte dos funcionários da autarquia, o que lhe vai permitir dar saltos qualitativos em diversas áreas.-----

Ainda a este propósito saudou o presidente de junta da Coriscada, Mário Domingues, que foi o único presidente de junta a aceitar o desafio lançado pelo Eng.º Luis Todo Bom para responder ao inquérito sobre as necessidades da freguesia.-----

Prosseguiu aludindo a um tema que ali tem aparecido por diversas formas. Falava da questão do debate e da qualidade do debate das ideias. E apesar de ter residência em Lisboa, o sentimento que perdura desde o início do mandato é que a atual oposição tem feito um esforço significativo tanto em termos dos vereados em reunião de câmara, como nas intervenções dos deputados. Defendeu que a atual oposição tem tido um

papel mais ativo que a oposição do mandato anterior, o que é positivo.-----

Neste contexto apelou ao edil e às forças políticas presentes para que entrem num caminho que leve ao aumento do debate a fim de debater os problemas, as oportunidades e as prioridades.-----

Reportando-se à ordem de trabalhos da presente sessão da qual faz parte a discussão do Orçamento para 2023, alvitrou ao edil para que haja uma análise mais económica do documento através de uma justificação racional para que todos possam discutir e participar.-----

O deputado municipal **Pedro Lourenço (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

“Senhor Presidente, nem sei por onde começar, melhor vou começar pela comemoração do Feriado Municipal.-----

Foi com uma enorme falta de protocolo que decorreu a sessão solene desta assembleia, não sei como é que se sente a sra. vereadora, mas se fosse eu ficava bastante chateado com o sr. presidente da câmara, foi uma enorme falta de consideração que o sr. teve para com a sra. vereadora, mais sr. presidente, no seu fraco discurso na sessão solene a única solicitação que o sr. faz à sra. ministra da Coesão Territorial 500 mil para a recuperação do imóvel para aí instalar a Ação Social, quando o que os medenses necessitam mais neste momento é de qualidade de vida e de mobilidade.-----

Vá lá que o discurso bastante assertivo do sr. presidente da assembleia que safou a honra do convento.-----

Sr. presidente, acho que se gastasse metade do que gastou na Expo Mêda, certamente que já teria o edifício que o sr. quer requalificar, quase terminado.-----

Sr. presidente, é gritante o desinteresse que tem mostrado para com as pessoas do nosso concelho. Neste momento a falta de limpeza das ruas, a falta de manutenção dos caixotes do lixo, a falta de solidariedade para com a população é enorme. Dou-lhe o exemplo, o problema da água, como é que o sr. resolveu esse problema? Aumentou os preços. Aí, acho eu, que aumentar os preços da água numa altura em que a população está numa situação aflitiva em que tudo aumenta diariamente, acha que é a solução correta? não sr. presidente. Assim o sr. não está a resolver o problema. Está a empurrá-lo para a frente.-----

Falemos agora da gritante falta de mobilidade das pessoas do nosso concelho. É inadmissível que em pleno sec. XXI, o interior do país, e principalmente a Mêda não tenha um único transporte público. Sabe quanto é que custa a um cidadão medense ir da Mêda a Coimbra a uma simples consulta? O sr. não deve saber pois o sr. vai quando quer e quando lhe apetece e às custas do erário público.-----

É inadmissível não existir um protocolo com a rede expresso para que esta faça um pequeno desvio em Marialva e venha à Mêda e não apenas para que não pare apenas no ramal do Rabaçal . É inadmissível que não exista uma rede de transportes urbanos no concelho, pois as pessoas que moram nas nossas lindas aldeias e que trabalham na sede de concelho, ou vêm para o trabalho a pé ou então que utilizar transporte particular.-----

Sr. presidente está na altura de começar a fazer alguma coisa pelas pessoas do nosso

concelho.-----

Queria também questionar o sr. presidente quanto à falta de médicos de família para uma grande parte da população. O que é que tem sido feito pelo executivo. Sei que esta competência não é do município, mas o anterior executivo não descansou enquanto não conseguiu que viessem dois médicos para o nosso centro de saúde e o sr. até ao momento já fez alguma coisa para colmatar a saída de um médico de família em março deste ano?-----

Para terminar, quero dirigir-me agora ao sr. presidente da assembleia. Tem havido uma certa tensão entre si e o anterior presidente desta assembleia, pelo facto de o regimento desta assembleia por vezes não estar a ser cumprido ou pela maneira como o sr. dirige os trabalhos. Já o aqui tinha referido, se não me engano em abril, que uma das primeiras coisas que aprendi quando há cerca de 20 anos entrei pela primeira vez para a assembleia municipal é que uma das primeiras medidas que se toma é uma alteração ao regimento. Pois nunca de um mandato para o outro os deputados e a composição da assembleia são iguais.-----

Sr. presidente, este regimento é de 2013. Portanto já vai fazer dez anos. Acho que está na altura de ser apresentada uma proposta de alteração ao regimento para ser votada nesta assembleia.”-----

Para responder ao deputado municipal Pedro Lourenço, interveio o **presidente da assembleia**, que declarou que não existe qualquer tensão entre ele e o deputado municipal João Lourenço. Apenas têm formas diferentes de conduzir a sessão.-----

Quanto ao regimento, informou que o regimento que se encontra em vigor serve perfeitamente, eventualmente serão feitos alguns pequenos ajustamentos.-----

Tomou de seguida a palavra o **deputado municipal João Paulo Andrezo, (Coligação PSD/CDS-PP “Juntos pela Mêda”)** que aludiu à sessão da assembleia municipal de 26 de setembro, na qual o Partido socialista acusou o executivo de ter o Balcão Único do Prédio - BUPI encerrado.-----

A este propósito perguntou o que é que foi feito nos últimos três meses, mais concretamente se já reabriu e como funciona.-----

Seguidamente indagou em que ponto é que está a área de acolhimento empresarial.---

Concluiu agradecendo e realçando a sensibilidade do executivo para com os mais novos através da aposta no Parque Natal. O brilho no olhar das nossas crianças vale bem a pena, não tem preço. Não é apenas uma questão de custo passa também por uma questão social, e nesse sentido, agradeceu mais uma vez.-----

Interveio o **deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)** teceu breves considerações sobre a ordenação heráldica.-----

Anotou que a heráldica tem normas, tem regras e é nesta assembleia, após aprovação em reunião de câmara, que são aprovadas essas alterações.-----

Neste contexto citou o exemplo da ExpoMêda, evento para o qual foram utilizados três logotipos diferentes, o que leva à confusão e demonstra a desordem em que se encontra o município.-----

Em alguns eventos e em certos documentos, é utilizado o brasão do município com

quatro espigas, outros há em que aparece com cinco espigas, o que é o mais correto.---
Reiterou que mais grave que a imagem de desordem que o município passa para o exterior, é a ilegalidade subjacente.-----

Neste sentido dirigiu-se ao edil, apelando para que, caso não gostem do logótipo que foi aprovado em mandatos anteriores, que o alterem, e que, de uma vez por todas, saibam comunicar.-----

Aproveitou também para falar sobre os convites institucionais e a forma como são feitos.-----

Mais uma vez, o município falha na forma como elabora e envia os convites. Os convites são enviados tardiamente e muitas vezes com omissões, como foi o caso do convite para as Cerimónias do Feriado Municipal, o qual foi lavrado de forma errada no que concerne ao título da sra. Ministra. Surge, apenas, como Ministra da Coesão quando deveria ser Ministra da Coesão Territorial, sendo que nem o grau académico souberam colocar.----

Reafirmou o seu desagrado pela forma como o município está a comunicar, pelo que apelou, mais uma vez, ao edil para que se organizem e façam as coisas com mais profissionalismo.-----

Seguidamente questionou se, à semelhança dos anos anteriores, também este ano se vai realizar a campanha promocional de estímulo às compras no comércio tradicional.--

De seguida, teceu breves considerações sobre a ExpoMêda. Disse que o certame lhe recorda um pouco o Memorial do Convento de José Saramago, fazendo a analogia com o que ficou dos três dias do certame e em que medida a vida dos comerciantes e dos medenses se tornou melhor.-----

Fez um ponto de situação do concelho, recordando o repto lançado pelo sr. presidente da Câmara durante a campanha eleitoral de atingir as cinco mil pessoas, mas a verdade é que se está mais próximo das quatro mil.-----

Assim, dirigiu-se ao presidente da Assembleia, afirmando que este tem demonstrado uma postura diferente do atual executivo, no sentido de apelar a que todos deem os seus contributos para melhorar o dia a dia dos medenses, questionando se o Plano Estratégico servirá para continuar nesta senda na qual não iremos sair do vazio em que nos encontramos.-----

Num aparte, aproveitou para referir a entrega tardia, com menos de 48h, de um documento tão importante, se não o mais importante para a gestão do município, como é o Orçamento, o que na sua opinião demonstra a postura habilidosa do edil por forma a não permitir o envolvimento da oposição.-----

Proseguiu dando nota que, no passado domingo, esteve na cidade da Guarda uma Subcomissão Parlamentar para o Acompanhamento de Fundos Europeus e do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR, que contou com a presença dos deputados da zona centro, membros da CCDR-C, e ainda membros e técnicos quer da CIMBSE quer de municípios.-----

Sabe que a Mêda não se fez representar institucionalmente, o que é lamentável tratando-se de assuntos como fundos comunitários e PRR. Os tempos não são fáceis o que torna estes instrumentos fundamentais.-----

Disse ainda não ter ficado surpreendido com esta situação, até porque se está a tornar normal a ausência do município de Mêda em reuniões importantes para o desenvolvimento do concelho.-----

Concluindo criticou a postura do executivo quanto aos gastos excessivos, como foi o caso da ExpoMêda e da iluminação de Natal, esquecendo os incentivos à população que tanto necessita numa altura tão difícil.-----

Particularizou que cada medense pagou pela ExpoMêda 80 euros, o que, num agregado familiar com cinco pessoas, são 400 euros.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da câmara** que abordando a intervenção do deputado municipal João Lourenço, discordou do mesmo quando diz que não foi dado cumprimento à lei sobre a apresentação do Orçamento. Lembrou ao sr. deputado que o procedimento adotado este ano, é exatamente o mesmo dos anos anteriores.-----

Relativamente ao Centro de Formação Musical disse que ainda não está a funcionar porque tem dúvidas quanto aos gastos que acarreta e que pretende ver esclarecidas. Disse ainda que está em falta a entrega de um relatório por parte do coordenador do centro, o professor Manuel.-----

Enunciou que estão a trabalhar na temática dos transportes, situação que o tem deixado muito preocupado. Neste momento o transporte de crianças é a situação mais preocupante uma vez que os veículos do município utilizados para o transporte dos mesmo se encontram obsoletos não permitindo o seu transporte.-----

O **sr. presidente da câmara** solicitou à Mesa que fosse dada a palavra à vereadora Carla Sequeira para responder à deputada municipal Fabiana Rodrigues.-----

No uso da palavra, a **vereadora Carla Sequeira** concordou com a deputada quando diz que o Patronato é uma instituição importante para o concelho.-----

Relativamente à frequência das AEC's e ao seu transporte para o Patronato deu nota que no passado dia 28 de outubro houve uma reunião nos Paços do Concelho, na qual esteve o sr. Padre Basílio Firmino, presidente da instituição, e o sr. Nascimento. Durante a reunião, para além de outras questões, foi colocada a questão dos transportes, tendo-se concluído pela assinatura de um protocolo entre as duas entidades por forma a acautelar a situação.-----

No que diz respeito à frequência das AEC's, disse que estão á espera que o sr. Padre Basílio entregue os elementos solicitados na reunião.-----

Ressalvou que para o executivo as crianças do concelho são todas iguais e todas merecem o seu respeito, carinho e consideração.-----

Relativamente ao Programa ViViFicar, sublinhou que foi muito interessante ter o programa na Mêda, uma experiência enriquecedora que neste momento se encontra a decorrer em Moncorvo.-----

O **sr. presidente da câmara** solicitou à Mesa que fosse dada a palavra ao vice-presidente César Figueiredo.-----

O **vice-presidente** dirigiu-se em primeiro lugar ao deputado Pedro Lourenço, estranhando a sua intervenção relativamente ao despesismo, até porque os eventos e as atividades se encontram todas devidamente orçadas e cabimentadas e os

pagamentos são do conhecimento de todos.-----

Referiu que voltar a realizar um certame como a ExpoMêda foi uma opção deste executivo como forma de divulgar os produtos da nossa terra, desde a agricultura à gastronomia.-----

Relativamente à alteração dos tarifários de água e resíduos do município, disse não estar confortável com esta situação, porém é algo que tem que ser feito até porque estão em causa candidaturas a fundos europeus.-----

Fez notar que de acordo com a declaração de compromisso com a ERSAR assinada pelo então presidente de câmara, Anselmo Sousa, esta recuperação de custos imposta pela ERSAR ajuste dos tarifários deveria ter ocorrido entre 2018 e 2020, através da implementação do sistema de contabilidade analítica.-----

Complementou que o dito compromisso foi assinado a 24 de abril de 2018 pelo então presidente de câmara, porém, e devido à pandemia, o então presidente de câmara solicitou à ERSAR o alargamento do prazo por mais dois anos. Este alargamento de prazo terminou em 2022, altura da tomada de posse do novo executivo que se viu obrigado a assumir um compromisso assumido pela gestão anterior.-----

De seguida o sr. vice-presidente entregou ao presidente da Assembleia a declaração assinada pelo então presidente de câmara.-----

Relativamente à questão colocada sobre o edifício da escola primária da Fontelonga, anotou que o espaço foi entregue à associação Mouzinho da Silveira com a qual já entrou em contacto para resolver a questão do telhado.-----

Informou que a questão da estrada Cancelos – Areola – Ranhados estará resolvida no primeiro semestre do próximo ano.-----

De seguida deu nota que o BUPi nunca esteve encerrado, e que entre a última sessão da Assembleia Municipal e esta sessão, foram feitas cerca de 200 matrizes.-----

Por último explicou a situação da zona industrial. Informou que o projeto inicial não acautelava o nivelamento do terreno, o que neste momento dificulta a venda de lotes. Ainda sobre esta matéria deu nota que a lixeira a céu aberto em espaço contíguo é outro problema, sendo que neste momento são estas as situações a serem resolvidas.-----

Sobre a questão da água, fez questão de intervir o **presidente da Assembleia** que passou a informar o plenário que o ofício que o então presidente de câmara enviou à PEOSEUR é completamente legítimo e era o que tinha que ser feito. Ou seja, não foi o presidente da câmara anterior que a certa altura achou por bem subir o preço da água, mas sim porque tinha que ser.-----

Não podia deixar de fazer este esclarecimento.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA:-----

(Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal).-----

O **presidente da Assembleia** introduziu o ponto número um da ordem de trabalhos,

dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para alguma informação adicional que seja necessária.-----

O **presidente da câmara** disse nada ter a acrescentar ficando a aguardar pelas questões dos deputados.-----

Pedi a palavra o *deputado municipal Miguel Will (PS)* que começou por pedir ao edil mais celeridade na questão da reabertura do Centro de Formação Musical. Já lá vão três meses e o impasse mantêm-se.-----

De seguida mostrou-se agradado com o espaço da ExpoMêda. Disse que estava apelativo. Ainda sobre esta temática concordou que o inquérito feito a todos os expositores é uma mais valia para perceber o balanço/retorno das atividades.-----

Também sobre este tema se pronunciou o *presidente da junta de freguesia do Poço do Canto, Jorge Lourenço*, que saudou a realização da ExpoMêda. Após vários anos de ausência o certame voltou a realizar-se e numa nova dinâmica.-----

Ressalvou que apesar de ser apologista deste tipo de eventos, também é defensor que se gaste o mínimo possível. E este não é um evento que se faça com pouco dinheiro até pelo valor de aluguer de tendas. Tem conhecimento que o aluguer das tendas rondou os 150 mil euros, questionando-se se não haverá alternativas a este aluguer.-----

De seguida questionou o edil quanto à existência de novos projetos e que candidaturas estão a ser feitas no âmbito do PRR.-----

A terminar congratulou-se com a notícia dada pelo sr. vice-presidente de que a estrada Cancelos – Areola - Ranhados vai ser uma realidade. Espera que não passe de uma promessa.-----

Usou da palavra a *deputada municipal Beatriz Pinto, (Coligação PSD/CDS-PP “Juntos pela Mêda”)* para mostrar o seu desagrado com a falta de transportes.-----

Lamentou que quem não tenha carro próprio tenha de alugar um táxi para se deslocar a Viseu ou a Coimbra para uma consulta médica.-----

Porque são duas questões que se interligam, aproveitou também para falar na ausência de médicos de família e na falta de urgências a tempo inteiro no centro de saúde de Mêda.-----

Teceu algumas considerações sobre o Centro de Formação Musical, dando como exemplo a sua experiência pessoal na criação de uma escola de musica em Mirandela.-

De seguida perguntou para quando a abertura do polo termal de Longroiva.-----

Concluiu pedindo ao edil para que faça uma intervenção na rua das cantarinhas, em Outeiro de Gatos.-----

O *deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)* iniciou a sua intervenção aludindo ao artigo 4.º, n.º 2 da alínea e) do Regimento, em que diz o seguinte: "*apreciar em cada uma das sessões ordinárias uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município a qual deve ser enviada à assembleia municipal com a antecedência mínima de 5 dias sobre a data de inicio da sessão*".-----

Anotou, de seguida, que a informação em título foi recebida há pouco mais de um dia.- Depois, lembrou que foi propalado pela Coligação ao longo da campanha eleitoral que

deveria ser dada dignidade aos trabalhadores do município, através do término da precariedade. Princípios com os quais o Partido Socialista concorda na íntegra.-----

A este propósito, disse ter conhecimento que uma pessoa esteve a exercer funções no Centro de Refugiados, desde junho até há uns dias atrás, sem contrato e sem remuneração. A ser verdade, esta situação é muito grave.-----

Relativamente ao centro de formação musical e ao estágio de verão recordou que já em sessão anterior abordou a iniciativa do anterior executivo em criar o estágio de verão, evento de grande sucesso, lamentando que agora existam membros do atual executivo que elogiam a atividade, mas que no passado só sabiam criticar.-----

Criticou e lamentou o impasse em que se encontra a reabertura do centro musical o que poderá hipotecar o futuro dos jovens e crianças no que concerne às suas aprendizagens e ver assim desperdiçado todo o investimento dos pais e famílias ao longo de vários anos. Defendeu que esta é uma atividade onde não se deve ter receio de gastar um pouco porque é uma aprendizagem para a vida.-----

Quanto à questão da deslocação dos alunos do agrupamento de escolas de Mêda à Ubi no âmbito do Projeto Academia Júnior STEAM, espera que a situação esteja realmente resolvida e que não se volte a repetir, já que por falta de transporte da Câmara os alunos não puderam deslocar-se à Covilhã e não participaram numa sessão importante deste projeto escolar.-----

Congratulou-se com a exposição ViViFicar, e deu os parabéns ao Eng.º Júlio Félix e ao anterior presidente de câmara, Anselmo Sousa, que na altura aderiram a este projeto em parceria com o Museu do Douro, e que envolve os concelhos de Mêda, Lamego, Alijó e Moncorvo.-----

Num à parte partilhou com o plenário que talvez muitos dos ali presentes não saibam, mas a filha do deputado Heitor da Fonseca é uma grande cineasta com grandes prémios no nosso país, Luísa Homem, que recentemente o seu trabalho tem passado em muitas salas de cinema e até no estrangeiro.-----

Outra ilustre medense, filha de um ex-autarca, Professora Doutora Maria Antónia Lopes, da Universidade de Coimbra teve um programa de 1 hora na TSF, “Onde nos levam os caminhos” de Fernando Alves, onde relatou parte da sua infância e adolescência vivida em Longroiva. São estes medenses que passam despercebidos, preferindo o executivo gastar dinheiro com festanças e descorar o que é realmente importante, na valorização da diáspora, “Ou não conhecem ou não têm sensibilidade para o reconhecer”.-----

Para responder às questões colocados usou da palavra o **presidente da câmara** dando nota que o concelho de Mêda era dos poucos concelhos do país que não tinha um certame para divulgação dos seus produtos, e a ExpoMêda é uma mais valia nessa divulgação.-----

De seguida deu os parabéns ao deputado Heitor da Fonseca.-----

Foi dada a palavra ao **sr. vice-presidente** para responder ao deputado Cláudio Rebelo relativamente à questão por ele colocada sobre o exercício de funções por parte de uma cidadã no centro de refugiados.-----

Esclareceu que a pessoa em causa exerceu funções na modalidade de uma prestação de

serviços. Resultado da sua prestação de serviços foi emitida requisição a 23.11.2022, fatura a 02.12.2022 e ordem de pagamento a 06.12.2022. Assinalou que todo o processo decorreu dentro da legalidade.-----

Relativamente às questões colocadas sobre o polo termal de Longroiva, anotou que o processo se encontra em fase de resolução do contrato.-----

Complementou este assunto dizendo que uma das condições para que ocorra a transferência é verificar se o material existente está em condições de ser utilizado. Ainda sobre este tema fez notar que em 2013 o município fez uma transferência de 80 mil euros para a empresa NATURA para colmatar algumas insuficiências detetadas nos equipamentos. Mais tarde, em 2016/2017, foram transferidos mais 260 mil euros à empresa NATURA para reposição de insuficiências que em 20013 não foram sinalizadas. É evidente que estas situações têm de ser averiguadas, o que leva o seu tempo.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 2 – PROPOSTA N.º 71/2022 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO MUNICIPAL E NÃO DISCRIMINAÇÃO 2022 – 2026 – MUNICÍPIO DE MÊDA:-----

O **presidente da Assembleia** prosseguiu com o **ponto dois** da ordem de trabalhos.-----

O **sr. presidente da câmara** solicitou à Mesa que fosse dada a palavra à vereadora Carla Sequeira.-----

A **vereadora Carla Sequeira** no uso da palavra passou a apresentar o documento. Disse que este é um documento técnico que surge no seguimento do protocolo celebrado entre o CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e o Município de Mêda. Disse que este plano é um plano que assenta em oito objetivos estratégicos que serão executados em parceria com várias instituições ao longo dos próximos dois anos.-----

Também sobre este assunto pediu a palavra o **deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)**, que se mostrou conhecedor do plano e da forma como funciona, porém, não pode aceitar um documento que utiliza uma linguagem não inclusiva. -----

Pedi à sra. vereadora a correção desta lacuna.-----

O **deputado municipal Miguel Will (PS)** disse que da leitura que fez ao documento assinalou que foi dado pouco foco às políticas praticadas no que diz respeito aos emigrantes.-----

Ainda sobre esta temática, o deputado fez notar que o documento em análise não foca o envelhecimento, as acessibilidades, a mobilidade e a saúde.-----

Da leitura também verificou que vai existir um relatório das atividades, pelo que perguntou quando será apresentado esse relatório.-----

Após as intervenções prestadas sobre o assunto em título, a **vereadora Carla Sequeira** revelou que este é um documento que não se encontra fechado, pelo que tomou nota das sugestões apresentadas assegurando que serão passadas para o papel.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal e Não Discriminação 2022 – 2026 – Município de Mêda.-----

PONTO 3 – PROPOSTA N.º 81/2022 – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta n.º 81/2022 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP).-----

PONTO 4 - PROPOSTA N.º 82/2022 – IMPOSTO E RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA O ANO DE 2023:-----

Sobre o assunto em título interveio o *deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)*, líder do grupo municipal do Partido Socialista que assinalou que os deputados da bancada do Partido Socialista têm total liberdade para votar os pontos seguintes de acordo com a sua consciência e convicções em prol dos medenses.-----

Introduziu que há cerca de duas semanas foi publicado um suplemento no jornal “Público” sobre aspetos demográficos da região do Douro onde a Mêda está incluída e os resultados são assustadores.-----

Neste artigo são abordados temas como o envelhecimento, a perda da população e os fluxos migratórios. Dentro destes temas é também abordada a questão da robotização, maquinaria usada atualmente sobretudo no setor agrícola e a falta de mão de obra qualificada para a manusear.-----

Neste sentido, sugeriu aos deputados a leitura deste suplemento tão atual e que ajuda a pensar o nosso território em termos estratégicos para o futuro.-----

Ainda a este propósito, aventou que se a câmara aproveitasse as oportunidades dos fluxos migratórios sazonais e implementasse políticas de sustentabilidade e não de precariedade, poderia ajudar a fixar pessoas.-----

Disse que a introdução que acabou de fazer tem tudo a ver com a questão do IRS. Feitas as contas, os 5% propostos dão qualquer coisa como 100 mil euros. Portanto, nem uma tenda para a ExpoMêda paga.-----

Por uma questão de coerência com o anterior executivo e porque acha que a taxa proposta é razoável, vota favoravelmente.-----

O *deputado municipal Pedro Lourenço (PS)* fez a seguinte intervenção:-----

“Sr. presidente, o Senhor acho que perdeu uma oportunidade de fazer um brilharete.-- Já não concordo com o Cláudio. Enquanto a maioria dos municípios de todo o país para desafogar um pouco as famílias, baixou o IRS, para que no final do mês as famílias possam usufruir de mais rendimento, o Senhor, pelo contrário, mantém a taxa de IRS no máximo. Num ano em que tudo aumentou consideravelmente, em que a grande desculpa para esta enorme inflação foi a guerra na Ucrânia, o município de Mêda foi dos poucos que mais uma vez não teve em consideração a população e manteve o IRS na taxa máxima.-----

A baixa do IRS em apenas 1,5%, no meu entender, para 3,5% em vez de 5%, não acarretaria grande diferença nas contas do município, mas para as famílias se calhar seria importante. Este executivo, mais uma vez, continua a não pensar nos medenses.”-

Ainda sobre este assunto interveio o *deputado municipal Miguel Will (PS)* começou por dizer que já no anterior mandato não concordou com esta taxa e continua a não concordar, não por ser oposição mas porque não vê vertido em orçamento políticas interessantes para a fixação de jovens.-----

Se o orçamento do próximo ano contemplar essas políticas de apoio à fixação de jovens, obviamente que cederá, mas este ano vota contra.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, aprovar a Proposta n.º 82/2022 – Imposto e Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para o ano de 2023.-----

PONTO 5 - PROPOSTA N.º 83/2022 – TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS NO ANO DE 2022 NO CONCELHO DE MÊDA:-----

O *deputado municipal Pedro Lourenço (PS)* leu a seguinte declaração de voto:-----

“Pedro Miguel Soeiro Lourenço, deputado eleito pelo Partido Socialista declaro que voto contra a proposta n.º 82/2022 - Apreciação e votação na participação do Imposto Municipal sobre Imóveis no ano de 2022 no concelho de Mêda.-----

Somos um país onde se paga por tudo e por nada, temos impostos para tudo e para mais alguma coisa, mas este Imposto Municipal sobre Imóveis é a maior roubalheira que conheço.-----

Então nós compramos uma casa, não pagamos já taxas e mais taxinhas, pagamos comissões, pagamos imposto de selo, pagamos isto e mais aquilo, e depois temos de estar uma vida inteira a pagar este miserável Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

Desde que sou deputado nesta Assembleia Municipal e vai a votação este maldito Imposto, exponho sempre o meu desagrado relativamente ao valor, pois eu acho que o valor é sempre demasiado alto, pois como disse anteriormente este imposto não deveria sequer existir.-----

Temos de pagar o IMI, temos de pagar as portagens mais caras da Europa, temos de pagar a eletricidade mais cara da União Europeia, temos de pagar os combustíveis mais caros do mundo.-----

Mais uma vez me revolto contra este maldito Imposto, daí o meu voto contra.”-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, aprovar a Proposta n.º 83/2022 – Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis no ano de 2022 no concelho de Mêda.-----

PONTO 6 - PROPOSTA N.º 85/2022 – MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE MÊDA - ANO 2023:-----

O *vice-presidente* deu nota que apenas foi incluído um lugar de técnico de gestão de empresas em regime de contrato a termo certo.-----

Reportando-se a uma intervenção sua feita numa sessão anterior, o *deputado municipal João Lourenço (PS)* recordou que chamou a atenção do executivo para o facto de entrar em contradição no que diz respeito à contratação de pessoal. Frisou que a Lei é bem clara quando diz que se deve dar prioridade e preferência a situações de estabilidade, ou seja, contratos por tempo indeterminado.-----

Todavia é decisão do atual executivo que mesmo as novas contratações sejam sempre realizadas através de contratos a termo certo, o que também entra em contradição com declarações públicas efetuadas na altura por algumas das figuras relevantes da Coligação.-----

Por outro lado, recordou as críticas feitas ao anterior executivo em virtude de alegado abuso do uso de avenças/prestação de serviços. Todavia o que se verifica é que o atual executivo não renovou os contratos de pessoas ligadas direta ou indiretamente ou até familiarmente com munícipes do Partido Socialista, continuando numa política de contratação em regime de avença, aliás, que no atual contexto insiste em manter.-----

O *presidente da União das freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga, José Lemos*, deu os parabéns ao município por acabar com as avenças e optar por dar estabilidade familiar às pessoas.-----

De seguida discordou da intervenção do deputado João Lourenço quando afirma que um motivo para que uma pessoa seja avençada é ter um familiar com afinidade com um determinado partido político. Neste contexto pediu ao sr. deputado para verificar o que se está a passar a nível nacional.-----

Está em crer que as contratações feitas pelo anterior executivo foram feitas tendo sempre em conta o profissionalismo e não porque eram familiares, amigos ou primos de quem quer que fosse.-----

No seu entender a democracia é assim, pelo que o voto favorável da bancada municipal da Coligação.-----

Interveio o *presidente da junta de freguesia do Poço do Canto, Jorge Lourenço*, referindo que verifica que existe um número elevado de candidaturas aos concursos abertos pela câmara, contrapondo com o que se verifica no setor privado. Fez notar que existe uma grande falta de mão de obra no privado.-----

Defendeu que mais que discutir impostos, devem discutir formas de apoiar as empresas, através da criação de novas condições de trabalho e de mais emprego.-----

Assim lançou o repto para que a câmara para além de ouvir as pessoas, as incentive ao investimento privado.-----

O *deputado municipal Pedro Lourenço (PS)* declarou que é a favor de todas as alterações de mapa de pessoal desde que seja para dar estabilidade profissional e familiar às pessoas.-----

Anotou que o anterior executivo aprovou o mapa de pessoal pouco tempo antes das eleições, mas onde a estabilidade dos profissionais prevalecia. Já o atual executivo fez exatamente o contrário. Retirou estabilidade às pessoas.-----

Assinalou que nos últimos oito anos o atual executivo sempre votou contra as alterações ao mapa de pessoal, e agora está a fazer exatamente o mesmo.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por maioria, aprovar a Proposta n.º 85/2022 – Mapa de Pessoal do Município de Mêda - ano 2023.-

PONTO 7 - PROPOSTA N.º 86/2022 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2023 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO:-

O *presidente da câmara* referiu que para 2023 têm um orçamento 14 milhões de euros, que corresponde às estratégia da Coligação de desenvolvimento para o município e compromissos assumidos quer anteriormente quer para este mandato.-----

O *vice-presidente* anotou que independentemente dos partidos as verbas que chegam às câmaras do interior do país são muito reduzidas.-----

Assinalou que a taxa de execução deste ano é a mais alta dos últimos cinco anos.-----
Disse que em termos de capital é de 34%, valor nunca antes atingido, apesar de ainda assim ser muito pouco.-----
Deu nota da redução de cerca de 600 mil euros em termos de transferências do FEF, e do aumento de cerca de 400 mil euros em relação ao orçamento de 2022 devido ao aumento de despesas de capital consequência do aumento do preço do gasóleo e dos bens essenciais para as escolas. Posto isto, recusou as acusações de despesismo feitas pela oposição.-----
No que diz respeito às transferências para as juntas referiu que as verbas a ser transferidas estão de acordo com as necessidades de cada uma, não deixando de parte as candidaturas que possam vir a ser feitas.-----
Quanto à ExpoMêda disse que este certame é uma mais valia no âmbito da promoção dos produtos. Neste momento e para fazer face aos gastos excessivos que aconteciam no passado com o aluguer de tendas, está a ser projetado a construção de uma cobertura que vai permitir não só a realização da Expomêda mas também outros eventos e ainda o mercado semanal.-----
Prosseguiu dando nota que está projetada a construção de uma variante que vai da Santa Cruz ao cemitério, terminando na Zona Empresarial. Esta circular vai permitir às pessoas fazer as suas caminhadas de forma segura e aos camiões um acesso mais fácil à zona industrial, sem terem que passar pelo interior da cidade.-----
Quanto à requalificação do Bairro do Barrocal introduziu que como bem se lembrar foi colocada uma placa com informação sobre a adjudicação, porém a empresa concessionária da obra recusou-se a realizar a obra na modalidade em que foi adjudicada alegando que perdia dinheiro.-----
Neste momento está a ser feito um novo projeto o qual prevê a colocação de fibra ótica, águas pluviais, resíduos urbanos e cabos elétricos subterrâneos e ainda postes elétricos, o que não acontecia no projeto inicial, levando estas alterações a um acréscimo do projeto entre 400 a 500 mil euros.-----
Referiu ainda que foi orçada uma verba de 200 mil euros para aquisição de viaturas.----
Referiu também que para aquisição de terrenos está orçada uma verba de cerca de 300 mil euros.-----
A terminar declarou que esta é a estratégia do executivo para os próximos 10 a 15 anos.-
O *deputado municipal Pedro Lourenço (PS)*, fez a seguinte intervenção:-----
“Senhor presidente, desde que sou deputado e já lá vão 21 anos, já tivemos bons orçamentos, maus orçamentos e até em 2019 não tivemos sequer orçamento, mas este é o pior orçamento que me vem à memória.-----
As grandes opções do plano devem demonstrar uma estratégia de desenvolvimento que queremos para o nosso concelho e as que nos são apresentadas neste Orçamento são um vazio de ideias.-----
O orçamento para 2023 e as grandes opções do plano 2023/2027 demonstram que o atual executivo não tem qualquer estratégia para a criação de emprego, não existe Orçamento qualquer medida que demonstre algum esforço na captação de

investimento e dinamização da economia do nosso concelho, não apresenta qualquer medida que atraia investimento produtivo, que facilite a criação de empresas e a dinamização das poucas empresas que já existem no concelho. Não apresenta qualquer iniciativa para o apoio aos jovens, nomeadamente no apoio à habitação jovem, não apresenta uma única medida quanto à reabilitação urbana.-----

Na área social é uma mão cheia de nada que este orçamento prevê para as famílias mais necessitadas, este orçamento também se esquece do nosso património histórico, apresentando apenas uns míseros 5000 euros para o Vale do Mouro e zero euros para a implementação do Plano Estratégico de Reabilitação Urbana da aldeia Histórica de marialva, que foi aprovado pelo anterior executivo.-----

O apoio às atividades culturais é também muito débil, sem nenhuma estratégia inovadora, para o Centro de Formação Musical, apenas 20.000 euros, continuando as festas e festinhas sem estratégia nenhuma, onde o orçamento já ultrapassa os 600.000 euros.-----

Neste orçamento as despesas com o pessoal têm um acréscimo de 145.000 euros, sendo 45.000 euros para recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho e 100.000 euros para pessoal em regime de avença (tanto esta coligação criticou o anterior executivo por causa das avenças e não é que toma lá 100.000 euros para avenças).-----

Relativamente às verbas para serem transferidas para as juntas de freguesia está vertido neste orçamento o valor de 450.000 euros, correspondendo em média cerca de 50.000 euros para cada freguesia, muito pouco dinheiro para que os nossos Presidentes de Junta possam responder aos anseios e necessidades das populações, por isso faço um apelo aos senhores presidentes de junta que pensem bem antes de votarem neste orçamento, pois este orçamento nada de bom traz para as freguesias.-----

As despesas correntes neste orçamento aumentam 1.000.000 euros e as despesas de capital diminuem 800.000 euros.-----

Face a tudo isto o meu voto será contra esta proposta de orçamento.”-----

Pedi a palavra o *presidente de junta de freguesia da Coriscada, Mário Domingues*, para recordar ao executivo que do orçamento do ano passado constava uma verba de 25 mil euros para o Vale do Mouro, repartida por quatro anos.-----

Da leitura do Orçamento para 2023 verifica que a verba orçada para o Vale do Mouro é manifestamente pequena atendendo ao espaço e as necessidades.-----

Relativamente à estrada que liga a Coriscada ao Concelho de Pinhel, recordou as várias intervenções por si feitas em sessões anteriores, sendo que a resposta do edil tem sido sempre a mesma: “não há verba”. Assim, apelou mais uma vez ao executivo para que, pelo menos, os buracos sejam tapados.-----

Pegando na intervenção do sr. vice-presidente, o *deputado municipal Miguel Will (PS)* questionou o que é que depois se vai fazer com esse pavilhão, ou se vai ser mais um edifício sem grande utilização.-----

Teceu depois algumas considerações sobre a transição energética e do clima. Isto porque não viu no Orçamento qualquer estratégia neste sentido, porém acredita que ela exista e que deve ser cabal porque decidirá muito do futuro da Mêda.-----

Quanto à taxa de IRS disse não concordar com afirmações de que 100 mil euros não é muito, porém se se fizer as contas a dez anos para um jovem casal que receba um salário médio e que escolha a Mêda para viver, acumula 6 mil euros.-----

Sugeriu esta medida ao edil como uma das formas de atrair jovens.-----

Para terminar disse que também vê vertida em Orçamento qualquer estratégia para atração e fixação de empresas. A existir, pediu para que seja explicada ao areópago.----

Por sua vez, o *deputado municipal Cláudio Rebelo (PS)*, anotou que se continua a falar no orçamento como um documento técnico. E de facto é um documento técnico, mas também é um documento político, e nessa vertente a oposição, não foi consultada, contrapondo o que a lei exige.-----

Mostrou-se desiludido com o orçamento em apreço por não ver nele vertido o plano estratégico apresentado pelo o sr. presidente da assembleia municipal, Eng.º Luís Todo Bom. Acrescentou que num momento em que se ouve por parte dos agentes políticos que os novos desafios são a transição digital, a mobilidade, as questões ambientais, a inovação, a subsidiariedade com a delegação de competências que passaram para os municípios, nomeadamente na área da ação social, e neste sentido o orçamento é vazio.-----

Declarou que este orçamento lhe faz lembrar a Alegoria da Caverna de Platão, onde se vive nas sombras, desconhecendo a realidade, continuam a ter medo de poder falar com o partido da oposição esquecendo que este é um veículo para chegar ao poder central. Existe esse trauma, trauma que leva a que este executivo viva numa ilusão e isoladamente numa ilha, desfasados da realidade.-----

No que concerne aos investimentos, chamou a atenção para o valor de menos de 1 milhão em investimento e mais de 2 milhões em outros.-----

Depois, 150 mil euros é quanto este executivo tem para as juntas de freguesia, montante igual ao de uma tenda da ExpoMêda. Mostrou-se indignado com esta atitude por parte do executivo para com os presidentes de junta. Declarou que este orçamento é um claro vazio para as juntas.-----

Manifestou a sua preocupação com o reforço de 1 milhão de euros em despesas correntes. Reforçando que não entende este aumento.-----

Declarou este é o maior orçamento dos últimos tempos, mas depois se verá a taxa de execução.-----

A terminar referiu que este orçamento não passa de um truque eleitoral até porque já se percebeu que só em 2025 é que vai ser feita obra.-----

Por todas estas razões, o grupo municipal do Partido Socialista, votará contra o orçamento de 2023.-----

O *presidente da União das freguesias de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga, José Lemos*, começou por concordar que este é o documento mais estratégico do município. É um documento técnico e um documento previsional.-----

De seguida aludiu à presente sessão na qual por diversas vezes se ouviu a velha máxima "faizei o que eu digo, não fazeis o que eu faço". Neste contexto disse não se recordar ao

o procedimento do anterior executivo quanto ao orçamento, mas acha que tanto a oposição como os presidentes de junta também não foram tidos nem achados.-----
Enquanto presidente de junta de freguesia esperava que o orçamento para as juntas fosse diferente, fosse maior. Neste sentido recordou a reunião tida entre o executivo e os presidentes de junta e da qual resultou a não concordância com o valor proposto relativamente às transferências a serem feitas este ano para as juntas.-----
Pedi ao edil que lhe explicasse qual o montante orçado para as ZIF.-----
Tendo em conta as explicações dadas pelo sr. vice-presidente relativamente ao bairro do Barrocal, mostrou-se mais tranquilo com a situação. Espera que a obra avance e que seja tomado igual procedimento relativamente ao bairro do Morro que está praticamente nas mesmas condições que o bairro do Barrocal.-----
Seguidamente indagou se a construção do Centro de Proteção Civil é para avançar com uma infraestrutura de raiz por forma a evitar o continuo procedimento de alugar contentores e criar um espaço condigno que o município poderá aproveitar para outras valências uma vez que teria um CNA certificado.-----
Pedi ao edil que esclarecesse o plenário sobre o parque de inovação, valorização e promoção de produtos endógenos.-----
Congratulou-se por ver vertida em orçamento mais uma EIP – Equipa de Intervenção Permanente, equipa financiada pelo governo e não pela câmara.-----
Enquanto deputado do grupo municipal da Coligação deu nota que votam favoravelmente o orçamento e acredita que o executivo merece o crédito de todos os presidentes de junta.-----
Para responder a algumas questões foi dada a palavra ao **vice-presidente** que desde logo salientou que os orçamentos anteriores tiveram a seguinte taxa de execução:-----
2018 - taxa de execução 29%;-----
2019 - taxa de execução 28%;-----
2020 - taxa de execução 22%;-----
2021 - taxa de execução 25%;-----
Ano de 2022, pior orçamento.-----
Aquando da tomada de posse, a taxa de execução variava entre os 34%/35%.-----
Defendeu que a realidade da Mêda e as necessidades da Mêda exigem uma orçamento diferente do que era apresentado no passado.-----
Quanto à intervenção do deputado Miguel Will relativamente à atração e fixação de jovens no concelho, complementou que a capacidade de empregabilidade empresarial privada é um fator muito importante para esta atração e fixação.-----
Ao sr. presidente de junta da Coriscada, Mário Domingues, garantiu que ainda este ano os buracos da estrada que liga Coriscada ao concelho de Pinhel serão tapados.-----
Antes de passar à votação, interveio o sr. **presidente da assembleia** para esclarecer o presidente de junta de freguesia da Coriscada, Mário Domingues, relativamente ao vale do mouro. Transmitiu que já falou com a Dra. Isabel Damasceno, presidente da CCDD-C à qual entregou uma cópia do plano para o vale do mouro a fim de sensibilizar para a

importância das ruínas do vale do mouro. Como resposta foi-lhe dito que existem muitas dificuldades em apoiar de uma forma robusta as ruínas.-----

Porém, e apesar desta resposta por parte da Dra. Isabel Damasceno, vai ser apresentada candidatura para as ruínas da Coriscada.-----

Acha pertinente dar este esclarecimento até porque entende a angústia do presidente de junta, ressaltando que as dificuldades são muitas.-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, e em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, na sua atual redação deliberou, por maioria, aprovar os documentos previsionais para o ano de 2023 do Município de Mêda – Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

PONTO 8 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO PARA A CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO:-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, nomear como Auditor Externo para a Certificação Legal de Contas do Município, a empresa MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES. V. SIMÕES E ASSOCIADOS, SROC, S.A.-----

PONTO 9 - ELEIÇÃO DE 2 (DOIS) COMISSÁRIOS PARA A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE MÊDA, NOS TERMOS DA ALÍNEA L), N.º 1 DO ARTIGO 17º DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, APROVADA PELA LEI N.º 147/99, DE 01 DE SETEMBRO:-----

A Assembleia Municipal, por escrutínio secreto, elegeu como representantes da Assembleia Municipal de Mêda para a CPCJ, os cidadãos Cláudio Jorge Heitor Rebelo e Carla Sofia Silva Sequeira.-----

PONTO 10 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 5,10M2, SITA NA RUA DO EIROL, EM MÊDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL:-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, a desafetação do domínio público municipal para afetação ao domínio privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 5,10m2, sita na Rua do Eirol, em Mêda.-----

PONTO 11 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 2,65M2, SITA NA RUA DOS POUSSADOUROS, NO AVELOSO, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL:-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, a desafetação do domínio público municipal para afetação ao domínio privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 2,65m2, sita na Rua dos

Pousadouros, no Aveloso.-----

PONTO 12 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 4,95M2, SITA NA RUA DR. JOAQUIM E ALDA SARAIVA, EM MÊDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA Q) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL:-----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, a desafetação do domínio público municipal para afetação ao domínio privado do Município de uma parcela de terreno com a área de 4,95m2, sita na Rua Dr. Joaquim e Alda Saraiva, em Mêda.-----

APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA:-----

Tendo sido pedido pelo Presidente da Assembleia, Luis Manuel Pêgo Todo Bom, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por maioria, com um voto contra sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-

ENCERRAMENTO:-----

Quando eram treze horas e dezasseis minutos, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser lida, e que, depois de aprovada, irá ser assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Mêda, e por mim que a lavrei, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.-----

